

Modelos internos dinâmicos de vinculação: Uma metáfora conceptual?

Joana Maia* / Manuela Veríssimo* / Bruno Ferreira* / Filipa Silva* / Alexandra Pinto*

* UIPCDE, ISPA – Instituto Universitário

É inegável que, no contexto da investigação sobre as implicações desenvolvimentais das relações de vinculação, o conceito de Modelos Internos Dinâmicos (MID) tem vindo a assumir uma capacidade explicativa crescente e extensiva (ver Bretherton & Munholland, 2008; Thompson, 2008b). Todavia, apesar da centralidade dos MID na Teoria da vinculação, é de referir o “caos calmo” que parece existir na literatura ainda hoje, mais de 50 décadas de estudos depois, à volta da utilização desta metáfora conceptual que, embora apelativa, não corresponde ainda a um constructo teórico solidamente definido e empiricamente testável (ver Bretherton, 2005; Delius, Bovenschen, & Spangler, 2008; Thompson, 2008a). De forma a percebermos melhor o que poderá contribuir para este cenário de “caos calmo”, analisaremos, seguidamente, a evolução histórica do conceito, no âmbito da Teoria da vinculação, partindo das primeiras formulações de Bowlby e integrando contributos posteriores.

Palavras-chave: Bowlby, Mecanismos de defesa, Modelos internos dinâmicos, Teoria da vinculação.

Para explicar a associação entre o estabelecimento de relações de vinculação durante a infância, desenvolvimento e saúde mental, Bowlby (1969/1982, 1973, 1980, 1988) apoiou-se no conceito de Modelos Internos Dinâmicos (MID), uma metáfora conceptual introduzida para descrever componentes afectivos e cognitivos que, podendo variar na extensão em que são acessíveis à consciência, formam representações mentais, tendencialmente estáveis, do self em interação com as principais figuras cuidadoras. A este respeito, dizem-nos Fonagy e Target (2007), que os MID podem ser, simbolicamente, perspectivados enquanto uma representação do próprio num diálogo metafórico com outro(s) significativo(s), com o tom da conversa a ser dominado pelas expectativas mútuas orquestradas na experiência passada e consequentes enviesamentos ao nível dos processos dinâmicos de processamento da informação.

De acordo com Bowlby, os MID são a consequência natural da capacidade humana para construir representações da realidade. Deste modo, à semelhança de quaisquer outras representações, têm como função adaptativa tornar possíveis simulações internas dessa mesma realidade e dos comportamentos possíveis num dado contexto, podendo ser comparadas a “*pequenas experiências virtuais*” (Bowlby, 1969/1982) que permitem ao indivíduo testar mentalmente várias alternativas de resposta e estimar as suas consequências prováveis. Podendo, à partida, eliminar alternativas que se mostrem potencialmente ineficazes, pouco efetivas, ou demasiado exigentes, o indivíduo diminui o grau de risco das suas ações ficando mais apto para adotar um comportamento refletido, orientado por objetivos, o que, por sua vez, aumenta as suas probabilidades de sobrevivência.

Os autores gostariam de agradecer a todos os colegas da linha 1, Psicologia do Desenvolvimento, da UIPCDE pelos seus comentários valiosos. Parte deste estudo foi financiado pela FCT (SFRH/BD/35769/2007, SFRH/BD/47802/2008, SFRH/BD/68959/2010, SFRH/BD/68480/2010).

A correspondência relativa a este artigo deverá ser enviada para: Manuela Veríssimo, ISPA – Instituto Universitário, Rua Jardim do Tabaco, 34, 1149-041 Lisboa. E-mail: mveriss@ispa.pt

Sendo construídos com base em experiências interativas que começam durante o primeiro ano de vida e que são repetidas praticamente de forma diária durante a infância, os MID operam primariamente a um nível sensorio-motor emergindo precocemente sob a forma de expectativas rudimentares sobre a acessibilidade e responsividade dos principais cuidadores. Segundo Bowlby (1973), estes modelos vão sendo progressivamente atualizados pela integração de experiências relacionais relevantes posteriores, evoluindo para um conjunto organizado de crenças relativas a ser-se aceito, protegido, confortado e ajudado por outros significativos, quando necessário (e vice-versa).

É de realçar, contudo, a ênfase colocada na rejeição de qualquer determinismo linear, bem sinalizada pela adoção do termo dinâmicos que caracteriza os MID como estando abertos à revisão e à mudança em face da experiência desconfirmatória de outras relações de vinculação significativas (ou da vivência de experiências de diferente qualidade com os cuidadores primordiais, em virtude, por exemplo, de mudanças contextuais). No entanto, é realçada a sua tendência para a continuidade, esperando-se que, depois de consolidados, permaneçam relativamente estáveis ao longo da vida em virtude do forte impacto que têm para a própria percepção do real, guiando a experiência subjetiva (Bowlby, 1980).

Desta forma, os MID podem ser equiparados a filtros interpretativos, através dos quais os indivíduos absorvem e analisam novas experiências relacionais, de forma consistente com as experiências passadas, funcionando como modelo implícito para o estabelecimento de relações afetivas íntimas futuras (ver Bretherton, 2005; Bretherton & Munholland, 2008).

UM CONCEITO A MEIO CAMINHO ENTRE UMA “UNIÃO-ESTÁVEL” TEÓRICA E UM “ADULTÉRIO” FELIZ

Num tempo histórico em que, confrontadas com a Revolução Cognitiva, as duas correntes teóricas clássicas, Psicanalítica e Behaviorista, começavam a temer pela sobrevivência dos seus lugares, orgulhosamente sós, em margens opostas e invioláveis da verdade, John Bowlby (1969/1982, 1973, 1980, 1988) teve a ousadia de as cruzar, na procura de uma explicação teórica satisfatória para as reações adversas observáveis em crianças pequenas como resultado de separações temporárias à figura materna.

Partindo da sua formação psicanalítica de base, foi capaz de integrar uma releitura dos estudos de René Spitz sobre o hospitalismo, novos dados proporcionados pelos trabalhos etológicos de Konrad Lorenz e de Harry Harlow que tinham posto em relevo, respetivamente, o fenómeno do *imprinting* e o papel do afeto como motivação primária, bem como as formulações emergentes da Cibernética e da Teoria do Processamento da Informação, para produzir um pensamento distinto e revolucionário (ver Bretherton, 1992; Van der Horst, LeRoy, & Van der Veer, 2008; Van Dijken, Van der Veer, Van Ijzendoorn, & Kuipers, 1998). A este propósito, é de notar, no entanto, a despretensiosidade com que, no prefácio do 1º volume de *Attachment & Loss*, Bowlby (1969/1982, p. 11), descreve o início do seu percurso: “*In 1956 when this work was begun I had no conception of what I was undertaking. (...) From a new view point a familiar landscape can sometimes look very different.*”

É então, neste cruzamento idiomático, que a conceção de Modelos Internos Dinâmicos vê a luz do dia, com as naturais confusões que seriam de esperar desta fecunda, mas controversa, “união-estável” teórica. Controvérsias, aliás, antecipadas e *a priori* justificadas quando Bowlby (1973) diz que os modelos ambientais e organicistas, que descreve como partes integrantes e necessárias de um sofisticado sistema biológico de controlo, não são outra coisa que o “mundo interno” da Psicanálise clássica, descrito sob a alçada de uma nova terminologia teórica. Terminologia que Bowlby (1973) assume como compatível com a Teoria Geral dos Sistemas, à qual vai buscar o termo Modelo Interno Dinâmico (Craig, 1943), e que considera ser extensamente

mais vantajosa que a usualmente utilizada pela abordagem psicanalítica, na medida em que permite uma maior precisão descritiva e consequentemente, a construção de grelhas de leitura mais direcionadas para a planificação e execução de estudos empíricos.

É esta posição, leal mas não submissa, de Bowlby relativamente à Psicanálise, que o leva a abandonar conceitos que intuí potencialmente ambíguos por, ao estarem em demasia centralizados no mundo interno do indivíduo, poderem negligenciar o peso da realidade externa (ver Bretherton, 1992; Bretherton & Munholland, 2008).

Em seu lugar, Bowlby (1973) propõe que as crianças desenvolvem dentro de si um, ou mais, modelos operacionais representando as principais características do mundo à sua volta e de si próprios como agentes ativos nesse mundo. Estes modelos permitem-lhes prever com relativa precisão os comportamentos dos parceiros de interação e, em função desta previsão, planear respostas imediatas e de longo prazo. Assim, o que na teoria psicanalítica clássica é denominado um bom objeto aparece reformulado, dentro deste quadro de referência, (e no nosso entender, por vezes, de forma excessivamente simplista, sem atender à complexidade das conceptualizações psicanalíticas abordadas) como um modelo interno de vinculação segura, isto é, um modelo operacional de uma figura de vinculação que é perspectivada como estando disponível para a interação, sendo capaz de proporcionar ajuda e conforto em caso de necessidade. Analogamente, maus objetos, aparecem reformulados como modelos internos de vinculações predominantemente inseguras, ou seja, modelos operacionais de uma, ou mais, figuras de vinculação a quem se atribuem características tais como acessibilidade incerta, relutância em prestar ajuda e/ou reações hostis prováveis (Bowlby, 1973).

No entanto Bowlby, deixa também patente que uma pergunta de suma importância, que terá de ser respondida no futuro, será em que medida tais modelos operacionais correspondem a produtos válidos da experiência real, chamemos-lhe nós “versões-protótipo”, ou antes a produtos potencialmente distorcidos de tal experiência, chamemos-lhe “versões-espelho”. Com efeito, ao longo da sua obra tanto encontramos escritos que se aproximam mais de uma formulação como de outra com Bowlby, numa manifesta “infidelidade sem culpa”, a recorrer às suas diferentes afinidades teóricas para aprofundar o conceito.

A este propósito, Peter Fonagy e Mary Target (2007) reconhecem ter sido largamente sustentado pelos psicanalistas mais ortodoxos de então que existia “algo de errado” com a Teoria da Vinculação com os seus principais detratores a escudarem-se no argumento de que, ao escolher debruçar-se sobre constructos teóricos empiricamente testáveis (i.e., comportamento observável, em detrimento dos impulsos e das fantasias inconscientes), esta nova formulação teórica reduzia drasticamente o poder explicativo potencial das observações psicanalíticas. Efetivamente, é hoje abertamente reconhecido que a Psicanálise mostrou inicialmente uma ostensiva relutância em apreender muitas das ideias, então revolucionárias (e que seguramente lhe teriam sido, desde logo, muito úteis), introduzidas pela Teoria da Vinculação. No entanto, não poderá também ser negado que, em algumas das críticas endereçadas por Bowlby ao pensamento psicanalítico, é discernível uma visão excessivamente simplificada e reducionista dos pressupostos teóricos que lhe estão subjacentes, com Bowlby, por vezes, a não parecer ter em conta, quer a complexidade deste universo epistémico, quer o elevado ecletismo teórico presente nas diversas correntes psicanalíticas então existentes (ver Fonagy & Target, 2007).

MID: “VERSÕES-PROTÓTIPO” E “VERSÕES-ESPELHO”

A formulação do MID enquanto “versões-protótipo” é reforçada quando, influenciado pelo pensamento de Jean Piaget (e.g., Piaget, 1937/1954), Bowlby (1969/1982) faz uso de uma

linguagem mais próxima da Teoria Cibernética e da Teoria do Controlo dos Sistemas para dizer quais as condições necessárias que asseguram a viabilidade dos mesmos. De acordo com esta formulação, a construção dos MID é necessariamente baseada nos dados da realidade de que a criança dispõe naquele momento. Contudo, para que possam ser utilizados em situações novas, ao longo do desenvolvimento, os MID terão de ser ampliados em função das crescentes capacidades imaginativas e de extrapolação do pensamento infantil, de modo a poderem cobrir de forma relevante não apenas dados da experiência concreta, mas também da experiência potencial. Finalmente, qualquer modelo, tanto se aplicável à experiência real, como à experiência latente ou virtual, terá de ser testado relativamente à sua consistência interna, sendo tanto mais adequado quanto, por um lado, mais acuradas forem as suas predições e, por outro, mais extensa a lista de situações em que pode ser aplicado.

Ao sugerir que os MID são regularmente sujeitos a teste por confrontação direta com novas experiências, sendo avaliados quanto à sua consistência interna e acuracidade da sua capacidade preditiva, Bowlby parece concebê-los como predominantemente acessíveis à consciência, modificáveis com o tempo e explícitos, ou seja, bastante mais sofisticados do que poderíamos antever tendo por base outros dos seus escritos.

Por seu turno, a formulação dos MID enquanto “versões-espelho” está claramente enraizada na linhagem psicodinâmica, em particular na que inclui as Teorias da Relação de Objeto (ver Fonagy & Target, 2007). Efetivamente, o parentesco teórico é evidente quando Bowlby (1969/1982, 1973, 1980, 1988) descreve os contributos dos MID para a organização do sistema defensivo e para a manutenção de modelos mal-adaptativos, discutindo as implicações que estes aspetos têm para a saúde mental do indivíduo. Nesta conceptualização os MID são construídos a partir das leituras interpretativas que, com a ajuda dos seus esquemas percetivo-afetivos infantis, a criança pequena faz das interações quotidianas que mantém com os principais cuidadores, emergindo prematuramente sob a forma de modelos pré-linguísticos. Modelos pré-linguísticos que, apesar de influenciarem extensamente o comportamento do indivíduo, são hipotetizados como sendo largamente inacessíveis a uma reflexão consciente, podendo ser comparáveis a um retrato atualizado do inconsciente dinâmico freudiano (ver Thompson, 2008a).

A analogia encontrada é a de uma capacidade física adquirida através da repetição da experiência como, por exemplo, conduzir ou andar de bicicleta (Bowlby, 1980). Analogamente, também os componentes cognitivos e processuais associados às experiências precoces de vinculação tenderiam, em virtude das sobre-aprendizagens quotidianas, a enraizar-se no funcionamento do Eu, passando a operar de modo automático, não sujeito a controlo consciente. Embora este automatismo tenha a vantagem adaptativa de permitir a economia de esforços, tornando as ações mais rápidas, a desvantagem complementar deriva, precisamente, do facto de, por não serem facilmente acessíveis a um processamento consciente, estes componentes serem difíceis de alterar. Deste modo, se, por qualquer que seja a razão, os MID se mostrarem inadequados, poderão estar reunidas as condições para a emergência de configurações psicopatológicas.

MID E PSICOPATOLOGIA: OU QUANDO OS ESPELHOS SE DISTORCEM

Debrucemo-nos agora sobre a tese defendida por Bowlby (1969/1982) de que na etiologia de muitas manifestações psicopatológicas estaria presente uma inadequação dos MID face à realidade presente, ou utilizando a metáfora previamente criada, quando as “versões-espelho” refletem imagens excessivamente deformadas da realidade. Deformações e inadequações que podem ser de vários tipos, podendo um modelo deixar de ser útil por ficar parcialmente, ou completamente, desatualizado, ou por estar atravessado por inconsistências.

Apoiando-se na distinção entre sistemas de memória feita por Tulving (1972), Bowlby (1980) defende que o armazenamento das memórias que a criança organiza das vivências com as figuras de vinculação, e do seu próprio papel nestas vivências, possui uma dupla natureza: recordações de comportamentos particulares, relativos a eventos discretos, tendem a ser armazenados na memória episódica, ao passo que as generalizações sobre os cuidadores em interação com o *self* (e vice-versa), que constituem a base dos MID, tendem a ser armazenados na memória semântica de forma analógica, proposicional ou mista. Dada esta pluralidade de armazenamentos possíveis, bem como a multiplicidade de fontes que podem estar na base da construção de uma dada memória (a título de exemplo, o que foi vivido; o que, no momento, foi dito à criança ou secretamente ouvido por esta; o que, posteriormente, foi lembrado, ou proibido de lembrar...) estão reunidas as condições para a emergência de conflitos, uma vez que nem sempre haverá congruência entre o que é armazenado a nível semântico e a nível episódico.

Abrindo um parêntesis neste ponto, não podemos deixar de fazer referência ao facto de Bowlby adotar uma posição notoriamente restritiva neste campo, deixando abertamente de lado, neste enunciar de possibilidades, todo um universo epistémico relativo aos processos simbólicos internos. Pensamos que esta posição restritiva de Bowlby (1980, 1988) é compreensível no contexto epistémico de então, confrontado com uma Psicanálise clássica que, a favor de um endeusamento da ideia de fantasia, teimava, lamentavelmente, em abster-se de prestar atenção à experiência real dos indivíduos (Fonagy & Target, 2007). No entanto, saudamos os esforços que outros autores (ver Bretherton, 1995; Bretherton & Munholland, 2008; George & Solomon, 2008) têm vindo a fazer no sentido de tornar possível a integração destas duas visões, na nossa opinião, complementares.

Bowlby (1988) hipotetiza que o crescimento de uma minoria de crianças possa ser persistentemente atravessado por incongruências deste tipo, o que as torna mais suscetíveis de adoecer mentalmente. A este respeito, dá como exemplo as situações em que as memórias de experiências traumáticas muito precoces, nomeadamente, assédio sexual, violação, ou assistir à morte de um dos progenitores, ficam armazenadas, de forma analógica, no sistema de memória episódica, não sendo compatíveis com as representações conscientes que, com base no que os pais ou outros adultos lhe disseram e/ou omitiram, sobre estas mesmas experiências, a criança organizará posteriormente e que ficarão armazenadas como proposições gerais no sistema de memória semântica (ver Bretherton & Munholland, 2008).

Em consonância com esta ideia, Bowlby (1973) chama a atenção para o facto de muitos pacientes com perturbações graves de carácter emocional que procuram terapia parecerem debater-se com a existência de MID, relativa ou totalmente inconscientes, desenvolvidos precocemente em linhas muito primitivas. Apesar de terem sido defensivamente excluídos, os MID primordiais continuam a ter uma influência preponderante no modo como o indivíduo percebe os eventos, condicionando largamente os seus comportamentos e emoções. Há, deste modo, uma grande probabilidade de que, em situações emocionalmente desafiantes, estes possam entrar em conflito com outros modelos contemporaneamente, ou posteriormente, construídos e que podem ser radicalmente diferentes, ou mesmo incompatíveis. Modelos, estes sim, acessíveis à consciência e que o indivíduo toma, erradamente, por dominantes.

PROCESSOS DEFENSIVOS: DESATIVAÇÃO, DESCONEXÃO COGNITIVA E SEGREGAÇÃO DE SISTEMAS PRINCIPAIS

Em concordância com a sua formação psicanalítica de base e, paralelamente, incentivado pelos trabalhos dos psicólogos cognitivistas Norman e Dixon, Bowlby (1988) atribui claramente aos processos não conscientes um papel central na vida mental, defendendo uma visão do aparelho

mental como sendo capaz de suprimir do processamento consciente, de forma seletiva e sem que a pessoa disso tenha qualquer percepção, determinada classe de informações.

Na continuidade deste pensamento, Bowlby (1988) apoia-se no conceito de exclusão defensiva, enquanto mecanismo que previne que os indivíduos tomem consciência de eventos ou pensamentos que, se aceites como verdadeiros, seriam intoleráveis e potencialmente desorganizadores para o seu equilíbrio psíquico. Bowlby avança que, se a ativação temporária desta exclusão defensiva tem um carácter benéfico, permitindo ao indivíduo manter a sua integridade psicológica, a sua manutenção rígida ao longo de um extenso período temporal, poderá tornar-se seriamente não adaptativa.

Nos escritos de Bowlby (1969/1982, 1973, 1980, 1988) podem ser encontradas referências a três possíveis manifestações do mecanismo de exclusão defensiva, que variam no grau de gravidade: desativação, desconexão cognitiva e segregação de sistemas principais. No entanto, estas referências são feitas sem grande sistematização, nem aprofundamento, exceção feita para o capítulo 4 do Volume III de *Attachment and Loss*, no qual, como o próprio nome indica – “*An information processing approach to defence*” – há um pé em duas margens.

Apesar de estes conceitos se aproximarem dos conceitos psicanalíticos (por exemplo, a falar de desativação refere que este conceito é apenas uma outra forma de descrever o mecanismo defensivo da supressão) também aqui Bowlby (1988) optou por recorrer a termos menos imbuídos de “mundo interno”, chamando, mais uma vez, a atenção para a importância da experiência real.

O termo desativação foi proposto para especificar uma consequência da exclusão defensiva relacionada com a minimização na consciência de informação relacionada com as experiências de vinculação. Informação que, quando sujeita a processamento consciente no passado, fez com que os indivíduos experimentassem um sofrimento severo, sendo hipotetizadas, na etiologia deste processo defensivo histórias interativas precoces nas quais as manifestações do sistema de vinculação da criança foram sistematicamente ignoradas, ridicularizadas, rejeitadas ou mesmo punidas pelos cuidadores. Se feita em larga escala, avança Bowlby, a minimização de informação poderá levar a uma desativação do próprio sistema de vinculação com consequentes falhas na manifestação de comportamentos de procura de proximidade ao adulto e de solicitação de cuidados em contextos situacionais em que estes seriam de esperar (ver Marvin & Britner, 2008).

Para Bowlby (1980), o termo desconexão cognitiva define uma situação de apartamento entre as respostas comportamentais e afetivas do indivíduo e as variáveis contextuais e/ou interpessoais, de carácter ansiogénico, que estiveram na sua origem (numa aproximação ao mecanismo de defesa psicanalítico de deslocamento). Quando tal acontece, o indivíduo tende a confundir a natureza das situações indutoras de mal-estar justificando as suas respostas comportamentais e afetivas com base em atribuições que, embora descontextualizadas, ou erróneas, são menos ameaçadoras para a sua integridade psicológica. Constituem exemplos destas atribuições o redireccionamento de afetos negativos para alvos diferentes daqueles que os suscitaram, assim como o focar-se excessivamente nas suas próprias reações e sentimentos, atribuindo-lhes uma etiologia exclusivamente interna (por exemplo, sintomas hipocondríacos, ou características temperamentais) que não tem em conta variáveis contextuais significativas.

Bowlby (1973) avança que, nas situações mais graves, poderemos assistir inclusivamente à segregação de sistemas principais, mecanismo mais próximo dos conceitos psicanalíticos de clivagem e de dissociação (ver Bretherton & Munholland, 2008). No processo de segregação de sistemas principais coexistem na personalidade dos indivíduos múltiplos selves, cognitivamente dissociados, tendo cada um deles o seu próprio armazém de memória, o mesmo é dizer, acesso a diferentes MID. Bowlby (1973) acrescenta que, embora os distintos selves possam alternar na consciência, geralmente um deles tende a ser dominante, estando o outro, com os seus respetivos modelos internos, num estado de desativação parcial ou completa.

INFLUÊNCIA DOS PROCESSOS DEFENSIVOS NO SISTEMA BIO-COMPORTAMENTAL DE PRESTAÇÃO DE CUIDADOS

Retomando a ideia defendida por Bowlby (1973) de que as defesas contribuem para a manutenção da estabilidade representacional, Carol George e Judith Solomon (2008) têm vindo a prestar atenção às possíveis manifestações do mecanismo de exclusão defensiva na idade adulta, especificamente no contexto da ativação do sistema comportamental de prestação de cuidados. De acordo com as autoras, a flexibilidade representacional (definida enquanto capacidade para diferenciar sinais e eventos associados a sistemas comportamentais potencialmente competitivos que podem incluir objetivos simultâneos incompatíveis) é uma condição essencial para a manutenção do que consideram ser, no adulto, a homeostasia do sistema de prestação de cuidados, constituindo um dos pontos-chave para que o cuidador possa otimizar a sua sensibilidade e responsividade face à criança. Diferenciação que passa pela marcação de fronteiras claras entre sistemas comportamentais e suas interseções, incluindo a necessidade de proteger e cuidar dos descendentes (sistema de prestação de cuidados), de procurar proteção e conforto de outros quando necessário (sistema de vinculação), de desenvolver amizades e relações sociais (sistema afiliativo), de manter atividade sexual (sistema sexual) e de conhecer novos contextos e situações (sistema exploratório).

De acordo com George e Solomon (2008), quando os processos defensivos distorcem ou excluem informação e afetos em larga escala, a flexibilidade representacional pode ficar comprometida, o que impossibilitará os pais de detetar, diferenciar e integrar adequadamente os sinais associados aos vários sistemas, com especial confusão a ser possível entre os sistemas complementares de prestação de cuidados e de vinculação. As autoras acrescentam que, tanto a desativação, como a desconexão cognitiva representam formas menos graves de exclusão defensiva que servem para proteger a organização defensiva dos indivíduos. Ao invés, no caso da segregação de sistemas principais, a manutenção da estabilidade representacional só pode ser mantida se memórias dolorosas e/ou ameaçadoras e respetivos afetos, forem banidos da consciência, criando uma situação na qual o indivíduo não é capaz de processar de forma consciente eventos traumáticos associados ao vinculação. Estes elementos tenderão, no entanto, a atuar nos bastidores deixando a organização defensiva do indivíduo suscetível de colapso (i.e., confusão representacional) se confrontada com novas situações que ativem intensamente o sistema de vinculação, podendo, conseqüentemente, ser discerníveis nas suas ações graves situações de sobreposição comportamental. Sobreposições, essas, que poderão contribuir para a emergência de padrões interativos caracterizados pela inversão de papéis entre o adulto e a criança e, nos casos mais extremos, pelo menos em certa parte, para situações inter-geracionais de assédio sexual.

ESPECIFICIDADE *VERSUS* INTEGRAÇÃO

Outra importante discussão, ainda em aberto, prende-se com a especificidade relacional e contextual dos modelos representacionais construídos (ver Bretherton, 1992; Bretherton & Munholland, 2008; Solomon & George, 2008). Mais concretamente, importa clarificar se, ao longo do desenvolvimento a criança organiza um modelo interno dinâmico geral, suscetível de integrar os diferentes contributos das experiências chave vividas com os principais cuidadores, ou ainda vários modelos independentes, individualmente associados a padrões interativos específicos. Padrão interativos que, naturalmente, poderão estabelecer-se durante a infância, mas em contextos de prestação de cuidados extra-familiares (ver Veríssimo, Duarte, Monteiro, Santos, & Meneses,

2003), ou apenas durante a idade adulta, no contexto da relação de casal (ver Treboux, Crowell, & Waters, 2004).

Por outro lado, aceitando a hipótese de que a criança organiza um modelo interno global que serve de base à estruturação de estratégias gerais de relacionamento que, progressivamente, se tornam propriedade da própria criança, outra questão essencial será saber se a integração dos diferentes contributos das experiências chave vividas com as figuras de vinculação predominantes, tende a ocorrer de forma paralela (i.e., relações com diferentes figuras têm peso semelhante) ou hierárquica (i.e., peso da relação com figura materna, por exemplo, faz-se sentir com maior intensidade, influenciando a qualidade do vínculo da criança a outros prestadores de cuidados).

A este respeito, no que respeita à primeira infância, os resultados das meta-análises realizadas são conflitivos (ver Fox, Kimmerly, & Schafer, 1991; van IJzendoorn & De Wolff, 1997). Contudo, são de destacar estudos recentes (e.g., Grossmann et al., 2002; Monteiro, Veríssimo, Vaughn, Santos, & Bost, 2008, ver Monteiro & Veríssimo, 2010) que dão suporte empírico à tese da especificidade da organização dos comportamentos de base segura a criança face às duas figuras parentais. Por outro lado, se bem que ainda escassos, estudos envolvendo medidas representacionais (e.g., König, Gloger-Tippelt, & Zweyer, 2007) têm também vindo a fortalecer a suposição de Bowlby de que o processo de integração de experiências distintas numa única, razoavelmente coerente, representação global pode ser mais complexo quando a criança estabelece relações de qualidade muito distinta com os diferentes cuidadores.

CONCLUSÃO

Em síntese, do exposto, pensamos ficar claro porque razão uma das maiores e mais antigas (ver Hinde, 1988) críticas ao conceito de MID é o facto de este ser utilizado de forma muito ampla, constituindo nas palavras de Belsky e Cassidy (1994) um atraente, mas inoperativo, *catch-all, post hoc explanation*. Reforça-se, assim, a necessidade de mais trabalhos empíricos neste âmbito, alicerçados numa sólida reflexão teórica, uma vez que, sem este trabalho prévio, apenas guiados pela ideia geral, excessivamente simplista, que relações de vinculação seguras estão indiscriminadamente associadas a correlatos psicológicos (e, naturalmente, desenvolvimentais) mais positivos (ver Thompson, 2008a,b; Waters, Corcoran, & Anafarta, 2005), o conceito corre o perigo de se transformar num generalista e, como tal, pouco relevante “guarda-chuva conceptual” que serve para explicar todas e quaisquer implicações desenvolvimentais da Teoria do Vínculo.

REFERÊNCIAS

- Belsky, J., & Cassidy, J. (1994). Attachment: Theory and evidence. In M. Rutter & D. Hay (Eds.), *Development through life* (pp. 373-402). Oxford: Blackwell.
- Bowlby, J. (1973). *Attachment and Loss: Vol. 2. Separation, anxiety, and anger*. New York: Basic Books.
- Bowlby, J. (1980). *Attachment and Loss: Vol. 3. Loss*. New York: Basic Books.
- Bowlby, J. (1982). *Attachment and loss: Attachment* (vol. 1, 2nd ed. rev.) New York, New York: Basic Books (Original work published, 1969).
- Bowlby, J. (1988). *A secure base. Parent-child attachment and healthy development*. New York: Basic Books.

- Bretherton, I. (1992). The origins of attachment theory: John Bowlby and Mary Ainsworth. *Developmental Psychology, 28*, 759-775.
- Bretherton, I. (1995). Commentary: A communication perspective on attachment relationships and internal working models. In E. Waters, B. E. Vaughn, G. Posada, & K. Kondo-Ikemura (Eds.), *Caregiving, cultural, and cognitive perspectives on secure-base behavior and working models: New growing points of attachment theory and research. Monographs of Society for Research in Child Development, 60*(Serial No. 244), 310-329.
- Bretherton, I. (2005). In pursuit of the internal working model construct and its relevance to attachment relationships. In K. E. Grossmann, K. Grossmann, & E. Waters (Eds.), *Attachment from infancy to adulthood. The major longitudinal studies* (pp. 13-47). New York: The Guilford Press.
- Bretherton, I., & Munholland, K. (2008). Internal working models in attachment relationships: Elaborating a central construct in attachment theory. In J. Cassidy & P. R. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research, and clinical applications* (2nd ed., pp. 102-127). New York, NY: Guilford Press.
- Craik, K. (1943). *The nature of explanation*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Delius, A., Bovenschen, I., & Spangler, G. (2008). The inner working model as a "theory of attachment": Development during the preschool years. *Attachment & Human Development, 10*(4), 395-414. doi:10.1080/14616730802461425.
- Fonagy, P., & Target, M. (2007). The rooting of the mind in the body: New links between attachment theory and psychoanalytic thought. *Journal of the American Psychoanalytic Association, 55*(2), 411-456.
- Fox, N. A., Kimmerly, N. L., & Schafer, W. D. (1991). Attachment to mother/attachment to father: A meta-analysis. *Child Development, 62*, 210-225.
- George, C., & Solomon, J. (2008). The caregiving system: A behavioral systems approach to parenting. In J. Cassidy & P. R. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research, and clinical applications* (2nd ed., pp. 833-856). New York: Guilford Press.
- Grossmann, K., Grossmann, K. E., Fremmer-Bombik, E., Kindler, H., Scheuerer-Engelisch, H., & Zimmermann, P. (2002). The uniqueness of the child-father attachment relationship: Father's sensitive and challenging play as a pivotal variable in a 16-year longitudinal study. *Social Development, 11*(3), 307-331.
- Hinde, R. (1988). Continuities and discontinuities: Conceptual issues and methodological considerations. In M. Rutter (Ed.), *Studies of psychosocial risk* (pp. 367-383). Cambridge: Cambridge University Press.
- König, L., Gloger-Tippelt, G., & Zweyer, K. (2007). Bindungsverhalten zu Mutter und Vater und Bindungsrepräsentation bei Kindern im Alter von fünf und sieben Jahren. *Praxis der Kinderpsychologie und Kinderpsychiatrie, 56*(5), 445-462.
- Marvin, R. S., & Britner, P. A. (2008). Normative development: The ontogeny of attachment. In J. Cassidy & P. R. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment theory: Research and clinical applications* (2nd ed., pp. 269-294). New York, NY: The Guilford Press.
- Monteiro, L., & Veríssimo, M. (2010). *Análise do fenómeno de base segura em contexto familiar: A especificidade das relações criança/mãe e criança/pai*. Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas. Lisboa: FCT, Gulbenkian.
- Monteiro, L., Veríssimo, M., Vaughn, B. E., Santos, A. J., & Bost, K. (2008). Secure base representations for both fathers and mothers predict children's secure base behavior in a sample of Portuguese Families. *Attachment and Human Development, 10*(2), 189-206.
- Piaget, J. (1954). *The child's construction of reality* (Margaret Cook, trans.). New York: Basic Books (original work published 1937).

- Solomon, J., & George, C. (2008). The measurement of attachment security and related constructs in infancy and early childhood. In J. Cassidy & P. R. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment theory. Research and clinical applications* (2nd ed., pp. 383-416). New York: The Guilford Press.
- Thompson, R. A. (2008a). Attachment-related mental representations: Introduction to the special issue. *Attachment & Human Development, 10*(4), 347-358. doi:10.1080/14616730802461334
- Thompson, R. A. (2008b). Early attachment and later development: Familiar questions, new answers. In J. Cassidy & P. R. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment* (2nd ed., pp. 348-365). New York: Guilford.
- Treboux, D., Crowell, J. A., & Waters, E. (2004). When “new” meets “old”: Configurations of adult attachment representations and their implications for marital functioning. *Developmental Psychology, 40*(2), 295-314. doi:10.1037/0012-1649.40.2.295
- Tulving, E. (1972). Episodic and semantic memory. In E. Tulving & W. Donaldson (Eds.), *Organization of memory* (pp. 381-403). New York: Academic Press.
- Van der Horst, F. C. P., LeRoy, H. A., & Van der Veer, R. (2008). When strangers meet: John Bowlby and Harry Harlow on attachment behavior. *Integrative Psychological & Behavioral Science, 42*(4), 370.
- Van Dijken, S., Van der Veer, R., Van IJzendoorn, M. H., & Kuipers, H. J. (1998). Bowlby before Bowlby: The sources of an intellectual departure in psychoanalysis and psychology. *Journal of the History of the Behavioural Sciences, 34*(3), 247-269.
- van IJzendoorn, M. H., & De Wolff, M. S. (1997). In search of the absent father – Meta-analyses of infant-father attachment: A rejoinder to our discussants. *Child Development, 68*, 604-609.
- Veríssimo, M., Duarte, I., Monteiro, L., Santos, A. J., & Meneses, A. (2003). Qualidade da vinculação à mãe e à educadora. *Psicologia, XVII*(2), 453-469.
- Waters, E., Corcoran, D., & Anafarta, M. (2005). Attachment, other relationships, and the theory that all good things go together. *Human Development, 48*, 80-84.

It's noticeable that, inside the research literature on the developmental implications of children's attachment behavior, the Internal Working Models (IWM) concept has assumed a wide explicative capacity (see Bretherton & Munholland, 2008; Thompson, 2008b). Albeit the centrality of the IWM within the Attachment Theory's framework, it's generally recognized the “calm caos” that still exist around the use of this “user-friendly” conceptual metaphor, not yet considered a well-defined, empirical testable construct (see Bretherton, 2005; Delius, Bovenschen, & Spangler, 2008; Thompson, 2008a). Aiming to bring together at least part of this, in this paper we present a historical retrospective of the concept, starting with Bowlby's first ideas, and integrating later contributions.

Key-words: Bowlby, Defense mechanisms, Internal working models, Attachment theory.

Submissão: 09/03/2014

Aceitação: 26/06/2014